

grandes empresas aéreas do estado de São Paulo, feita no governo Doria.

Mas esse é um assunto que eu queria colocar, mas eu tenho uma outra denúncia para fazer, agora em relação à prefeitura de São Paulo, eu queria que projetasse aqui. A gente viveu esse apagão, a gente viveu essa crise, está vivendo ainda, porque vários bairros ainda continuam sem energia, na zona sul, no Capão Redondo, em vários locais lá ainda tenho notícias de bairros sem energia elétrica, de pessoas, de famílias sem energia elétrica, e uma das causas apontadas pelo governador foi a queda de árvores.

E curiosamente está tendo um pregão para a contratação de equipes de poda de árvore, de manejo arbóreo, como chamam, manejo de árvores, é a segunda tabela ali, tem também uma licitação de conservação de áreas verdes, e a gente não pode deixar de fazer uma denúncia que também é escandalosa aqui.

Em 2017, o último contrato dessas equipes de poda de árvore, uma equipe custava 104 mil reais.

E agora, nesse pregão que está para acontecer esses dias - e a gente está acionando o Tribunal de Contas do Município para impedir esse absurdo -, ela vai para 310 mil reais. O que é uma equipe?

É o engenheiro agrônomo, quatro ajudantes de jardinagem - que até diminuiram, eram cinco -, três operadores de motosserra, materiais, equipamentos. Ali não explica aquele salto em equipamentos. E o chamado BDI, que vai de 20% para 32%, inexplicável.

O que é BDI? É Benefício e Despesas Indiretas. Ai estão os impostos... Bom, não tem por que aumentar, porque não aumentou imposto. E está o lucro da empresa. Então, você está dando uma margem de lucro muito maior para fazer o mesmo serviço, e cobrando quase 200% a mais.

É inadmissível que a Prefeitura de São Paulo, que o prefeito Ricardo Nunes leve à frente um pregão com esses valores. Isso é um escândalo. E a gente está aqui hoje para denunciar esse escândalo.

É um levantamento que a gente também fez, a partir de uma nota de jornal que falava desse valor de 310 mil reais, e eu falei: “muito estranho esse valor”. E começamos a pesquisar e fomos ver o valor original das equipes que estão em andamento hoje, que foram licitadas em 2017: 104 mil para 310 mil reais, para ter um caminho, quatro jardineiros, uma motosserra e uma escadinha para subir na árvore.

Bom, eu não vou usar adjetivos mais duros, mas é um escândalo, e o Tribunal de Contas tem que suspender esse pregão, porque ele atenta contra a moralidade e contra a proteção do dinheiro público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - Obrigado, deputado Donato.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presidente, havendo acordo entre as lideranças, eu solicito a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - Muito bem. Havendo acordo, está suspensa a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

- Suspensa às 15 horas e 47 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 35 minutos, sob a Presidência do Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Reaberta a sessão. Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Esta Presidência desconvoca a sessão extraordinária às 19 horas, com o primeiro item, e convoca as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, para uma reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, Infraestrutura, Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 19 horas e 30 minutos, e, em segunda convocação, às 19 horas e 50 minutos, no Plenário Dom Pedro I, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1.501, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Também, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco também uma reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, Infraestrutura, Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 10 horas da manhã, e, em segunda convocação, às 10 horas e 20 minutos, no Plenário José Bonifácio, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1.501, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente. Havendo acordo entre as lideranças, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 37 minutos.

9 DE NOVEMBRO DE 2023 135ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS, SIMÃO PEDRO, LUIZ CLAUDIO MARCOLINO e PAULO FIORILO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Infraestrutura, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se no dia 13/11, às 10 horas, em primeira convocação; às 10 horas e 20 minutos, em segunda convocação; e às 11 horas, em terceira convocação.

2 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Anuncia a presença de alunos da Universidade Aberta à Terceira Idade nas galerias.

6 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - SIMÃO PEDRO

Assume a Presidência.

9 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Assume a Presidência.

11 - RODRIGO MORAES

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - PAULO FIORILO

Assume a Presidência.

13 - REIS

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

14 - PRESIDENTE PAULO FIORILO

Defere o pedido. Faz adiamento à Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 10/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, convocação. Nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, Infraestrutura, Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se na próxima segunda-feira, às 10 horas e, em uma segunda convocação, às 10 horas e 20 minutos, e em terceira convocação às 11 horas da manhã, no Plenário José Bonifácio, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei 1.501, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Pequeno Expediente. Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Emídio de Souza. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Rogério Santos. (Pausa.) Deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar o presidente Gilmaci Santos, que ficou até tarde da noite, na data de ontem, presidindo os trabalhos, lutando pela privatização da Sabesp, e nós lutando contra a privatização da Sabesp. Uma luta árdua que vai se dar no tempo.

Cumprimentar todos os funcionários desta Casa, o público presente, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica, e também cumprimentar todos aqueles e aquelas que estão em suas residências acompanhando-nos, presidente Gilmaci, pela Rede Alesp.

Bom, hoje nós temos vários assuntos para tratar, deputado Rômulo, deputado Luiz Claudio Marcolino. É, por isso, exatamente. Eu vou começar falando aqui da GLO, Garantia da Lei e da Ordem. O presidente Lula assinou, na semana passada, um decreto estabelecendo a garantia da lei e da ordem.

O decreto prevê a presença das forças armadas em portos e aeroportos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para responder um pouquinho aqui o deputado Conte Lopes, que sempre falou “Por que não põe o exército, não põe as forças armadas?”. É fato que atividade de polícia não é de forças armadas. Atividade de polícia é de polícia.

Quem tecnicamente é preparado para fazer investigação, prisões, policiamento ostensivo, são as polícias. Mas é claro que é um reforço, e o presidente Lula está colocando esse reforço nos aeroportos, nos portos, onde chegam mercadorias, chega contrabando, drogas via aérea, via marítima e, também, nas fronteiras, reforçando a segurança nas fronteiras.

Então essa GLO vem para ajudar, para contribuir para as atividades de polícia. Mas é fato que a investigação das quadrilhas continua na mão das polícias, da Polícia Federal, no caso dos crimes de contrabando, tráfico internacional de drogas e, obviamente, reforçando o papel da Polícia Judiciária dos estados e da polícia ostensiva.

O objetivo é combater o tráfico de drogas e armas e, segundo o ministro da Justiça, Flávio Dino, é asfixiar logisticamente as organizações criminosas. Outro dia tivemos notícia de que uma quadrilha tinha comprado um navio para transportar droga. Foi pega com essa quadrilha uma tonelada e meia de cocaína, que ia no navio que transportava grãos, transportava milho, e, no meio desses grãos, tinha lá uma tonelada e meia de cocaína.

Então as quadrilhas realmente, cada vez mais, vão se aperfeiçoando, e a polícia tem que se aperfeiçoar também, e o governo tem que investir bastante nas polícias. Ainda segundo o ministro, o governo resolveu fazer uma operação específica, integrada para um porto do Rio de Janeiro, para o porto de Santos e, também, para o porto de Itaguaí e o porto do Rio de Janeiro, para o aeroporto do Galeão e o aeroporto de Guarulhos.

As operações envolvem a Aeronáutica, a Marinha e a Polícia Federal. O presidente Lula declarou que o Exército e a Aeronáutica também vão trabalhar na faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai, pegando os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, inclusive o lago de Itaipu.

Nas palavras do presidente Lula, o Brasil precisa combater o tráfico de armas, de drogas e de cigarro. Disse também que a operação está para acabar com o crime organizado e essas operações já estão em funcionamento.

Então, dar os parabéns para o presidente Lula, para o ministro Flávio Dino, e pedir que os governos também façam, intensifiquem os seus policiamentos, contratem polícias.

Nós temos uma defasagem na Polícia Civil de mais de 16 mil policiais, na Polícia Militar de mais de 20 mil policiais. Então, é importante que os governos dos estados possam também fazer a sua lição de casa.

E, para fazer atividade de polícia, presidente Gilmaci, além da tecnologia, além do investimento em câmeras, em detecta, que hoje está muito avançado no estado de São Paulo, reconhecimento facial, é importante investir no trabalhador, no policial, naquele que realmente vai efetuar o trabalho do dia a dia, que vai prender, que vai conduzir, porque a câmera não prende, a câmera não conduz ninguém.

Então, é importante investir no policial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Com a palavra, deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Atíla Jacomussi. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputado Carlos Gianazzi. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.) Deputado Dr. Eduardo Nóbrega. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Ana Peregini. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, pessoal que nos acompanha aqui, na galeria da Assembleia, hoje eu vou tratar de uma comunidade importante, que é a comunidade do Morro do Fórum, de Ubatuba, que desde 2015 vem lutando pela permanência de 173 famílias em uma área na região de Ubatuba.

Nós já conseguimos, por diversas vezes, suspender o processo de remoção. Agora, a prefeitura de Ubatuba, junto com o Judiciário da cidade de Ubatuba, está tentando um processo de reintegração das famílias sem o diálogo efetivo com a prefeitura.

ra. A prefeitura busca os caminhos jurídicos, mas não constrói um diálogo com a comunidade.

Então, eu queria, rapidamente, que o Machado pudesse passar aqui um vídeo da liderança desse Morro do Fórum em Ubatuba, inclusive, em uma audiência na Câmara Municipal, para pedir um diálogo com o prefeito da cidade de Ubatuba. Por favor, Machado.

- É exibido o vídeo.

Sr. Presidente, então nós já apresentamos ao prefeito de Ubatuba duas áreas em que é possível fazer a remoção, o despejo, garantindo, inclusive, um projeto habitacional para essas famílias.

Então, eu queria que esse meu depoimento, Sr. Presidente, no dia de hoje, fosse encaminhado ao prefeito de Ubatuba, à Secretaria de Habitação e a Secretaria de Gestão da cidade. Então, pedir o encaminhamento do meu pronunciamento à Prefeitura de Ubatuba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Será feito da forma regimental, nobre deputado. Com a palavra a deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputada Letícia Aguiar. (Pausa.) Deputado Leonardo Siqueira. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.)

Passamos à Lista Suplementar, convidando a fazer uso da palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente desta sessão, nobre deputado Gilmaci, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, pelas redes, e também quero cumprimentar as senhoras que nos visitam aqui hoje. Sejam muito bem-vindas.

Sr. Presidente, eu estive ontem aqui no congresso de comissões. Eu não sou membro nem da Comissão de Finanças, nem da Constituição e Justiça, e em solidariedade ao deputado Marcolino, à deputada Beth Sáhão, ao deputado Enio Tatto e aos nossos membros.

Nós ficamos aqui, na Assembleia, até tarde da noite ontem, debatendo o relatório que foi apresentado pelo meu querido amigo, um deputado que eu tenho muito respeito, o Barros Munhoz.

Mas, temos divergências nesse papel que ele executa aqui, que é de fazer um relatório favorável à privatização da Sabesp, dizendo que não tem problema constitucional a forma que está sendo feita, que não tem problema nenhum, que vai ser uma grande vantagem para o estado de São Paulo e para os moradores... Que é a privatização.

A gente acabou de ver, mas vale a pena repetir, o episódio da privatização do setor elétrico, o apagão aqui na Grande São Paulo. Ainda temos famílias - hoje é quinta-feira, deputado Marcolino - que não tiveram a sua luz elétrica religada. Na terça-feira tinham postos de Saúde. Um colapso.

Fruto do quê? De uma empresa privada que entra, em vez de fazer investimentos no capital humano, nos funcionários, é o contrário, demitiu 36% dos funcionários para aumentar o lucro para mandar para a empresa estrangeira, porque ela é da Itália. Então, a Enel, aqui em São Paulo, é a que mais gera lucro para a sua matriz lá na Itália.

Então, é isso que é a privatização. Esse modelo que foi implantado ao longo dos anos pelos tucanos e, agora, mais radicalmente ainda pelo governador Tarcísio. Ele acelera a privatização do Metrô, da CPTM, e, agora, quer vender a joia da coroa, que é uma empresa que atende hoje, tem contratos com 375 municípios. É uma empresa lucrativa, que não tem problemas e com um corpo técnico de funcionários extremamente qualificados.

Então, não há razão nenhuma porque, normalmente, o modo que, deputado Rômulo, tradicionalmente, quando querem privatizar uma empresa, o que eles argumentam? Ela é corrupta. Ela é ineficiente.

Então, é melhor privatizar para acabar com isso. No caso da Sabesp, não há denúncias de corrupção que nós conheçamos, não tem problemas de ineficiência, ao contrário, é uma empresa... Então, assim, não tem lógica privatizar. Agora, eu já argumentei aqui também, privatizar água, que é um bem essencial para a vida, é um bem essencial para a produção de alimentos, é um bem fundamental para...

Daqui a pouco, Rômulo, vão querer privatizar a água que cai da chuva. Não é possível. Vão querer vender, porque a água que está na terra já estão privatizando. Então, não tem lógica.

Por isso que nós estamos na oposição a esse projeto. Como aqui a gente é ignorado... Inclusive, por uma aberração. Esse PL que o governador Tarcísio mandou para cá...

Ele mandou em forma de PL e, não, em forma de uma PEC. É bom que o cidadão, o nosso povo paulista, saiba que a Constituição Estadual, no Art. 216, § 2º, diz o seguinte: “o Estado assegurará condições para a correta operação, necessária ampliação e eficiente administração dos serviços de saneamento básico prestado por concessionária sob seu controle acionário”.

Então, o governador Tarcísio está esmurrando, martelando a nossa Constituição Estadual. Para quê? Para apressar, porque ele sabe que não tem os 57 votos necessários para aprovar uma PEC aqui.

Então, ele atropela a Constituição, atropela o povo paulista, atropela os deputados na sua função de fiscalizar, acompanhar. Ele afronta a nossa Constituição mandando um projetinho de lei, porque ele sabe que é mais fácil ter 44 votos aqui e tal, do que uma PEC.

Isso é uma afronta. Por isso que nós estamos indo à Justiça protestar contra isso, pedindo liminares à Justiça. Esperamos que a gente tenha éxito, porque é uma afronta. Além de não ter lógica essa privatização, ele faz de forma ilegal, atropelando a Constituição. Não vamos aceitar, vamos opor resistência.

A outra coisa: congresso de comissões antes da audiência pública. A audiência pública está marcada para o dia 16; o certo era ouvir a sociedade, os técnicos, os deputados, para depois sim você tocar o rito para frente. Não, aqui se faz ao contrário: eles querem aprovar o projeto para depois fazer audiência pública. Um absurdo.

Nosso protesto a esse formato; infelizmente, os deputados desta Casa, na sua maioria, têm aceitado passivamente esse atropelo, essa violência contra a nossa Constituição e contra o nosso povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Simão Pedro. Deputado Simão Pedro, essas pessoas que ali estão nos acompanhando, as senhoras que nos acompanham aqui na galeria nesta tarde, as pessoas são da Universidade Aberta da Terceira Idade.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Sejam sempre bem-vindas aqui nesta Casa.

Prazer em recebê-las. (Palmas.)

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - Muito bem-vindas.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra, o deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente, eu, ouvindo o deputado Simão Pedro, não poderia deixar de voltar a esta tribuna para também falar um pouco sobre o dia de ontem, quando teve início o congresso de comissões.

A gente esperava que o congresso de comissões sobre a privatização da Sabesp fosse feito após a audiência pública, após ouvir as pessoas porque é importante ouvir as pessoas para ver o que elas pensam sobre a privatização da Sabesp.

Pela pesquisa que foi feita pelo Datafolha, a população de São Paulo é contra a privatização. E também, por onde a gente anda, e conversando com as pessoas, elas se colocam contra a privatização.

Não são a favor da privatização. E o governo não pode ser esse vendilhão, querer vender tudo, porque isso aí foi construído com muito sacrifício, essas empresas públicas.

Metrô: me lembro quando começaram as obras do metrô, eu era pequenininho. Minha mãe me levava lá para a 25 de Março, a gente passava ali na Sé, quando eles implodiram todos aqueles prédios que tinha ali na Praça da Sé, para fazer a estação do metrô.

Então, foi feito com recurso público, com dinheiro de impostos. E agora entrega para os empresários, para ficarem ganhando dinheiro, simplesmente isso, porque está tudo pronto.

E muito me impressionou ontem o contorcionismo jurídico feito pelo deputado Barros Munhoz, como uma forma de justificar o injustificável. Foi o que disse aqui o deputado Simão Pedro.

E o direito abre caminho para isso; o direito permite que você crie pareceres contra, favoráveis, nè. É possível fundamentar as teses, por mais absurdas que elas sejam.

Contudo, isso não significa que seja plausível ou minimamente aceitável por esta Casa de Leis. A título de exemplo, eu quero ressaltar aqui alguns pontos que foram trazidos pelo nobre relator, deputado Barros Munhoz.

Primeiro, na página seis, o nobre relator pondera que: “temos absoluta certeza de que o disposto na Constituição não obriga o estado a deter ou manter o controle acionário da empresa prestadora de serviço de saneamento básico”.

E continua: “Nem mesmo se tomarmos, em seus próprios termos procedentes, a simples interpretação literal ou gramatical, encontraremos no mencionado § 2º, do Art. 216, a determinação de que o estado deve deter ou manter sob seu controle acionário a empresa concessionária prestadora de serviço de saneamento básico”.

Veja o que o nobre relator diz... O que o nobre deputado diz, sustenta exatamente o contrário do que dispõe o Art. 216 da Constituição Federal. O Art. 216, § 2º diz: “O Estado assegurará condições para a correta operação, necessária ampliação e eficiente administração do serviço de saneamento básico prestados por concessionária sob seu controle acionário”.

Está escrito taxativamente na Constituição do Estado. Ele fez tal afirmação, Sr. Presidente, como se fosse algo normal e como se os termos constitucionais não valessem nada. Quer dizer, a Constituição não vale nada, o que está escrito lá não vale nada.

É possível encontrar diversos outros trechos mais à frente como o seguinte: “O que extrai do citado dispositivo constitucional, isto sim, é que o estado tendo, entenda-se caso tenha, enquanto tiver sob seu controle acionário empresa com esse objeto social, assegurará condições para a correta operação, necessária ampliação e eficiente administração dos respectivos serviços”.

Ora, jamais foi abordado pela Constituição do Estado que, pelo contrário, é enfática, direta e não abre margens para qualquer dúvida, a concessionária prestadora do serviço de saneamento básico terá o controle acionário pelo estado de São Paulo, pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme está lá no § 2º, do Art. 216.

A simples leitura já aponta essa conclusão. Então, caso se queira desestatizar, tem-se que, em primeiro lugar, ouvir o povo, tem que ouvir a população, tem que entender o que a população enxerga sobre isso.

Depois, mandar uma PEC para esta Casa, uma Proposta de Emenda à Constituição e esquecer o contorcionismo jurídico ou puxadinho jurídico que foi, então, levado pelo relator, o deputado Barros Munhoz, com todo respeito a ele. Isso abre espaço para a insegurança jurídica, para que se demande, para que haja demandas judiciais.

Então não acho isso plausível, e esta Casa, presidente, só para terminar, já aprovoeu leis, inclusive uma que nós estamos demandando, através da Procuradoria Geral de Justiça, que é a 1.354, com dispositivos inconstitucionais.

Então, esta Casa não pode passar por cima da Constituição, se lá na Constituição está dizendo que o controle acionário deve ser feito pelo estado, o estado deve ter o seu controle acionário, então, cabe ao Governador mandar uma Proposta de Emenda à Constituição, não o PL que ele mandou para esta Casa.

Isso está, além de todo esse debate aqui, gerando demandas judiciais, e isso fragiliza o processo ao qual esse governador do estado de São Paulo quer vender, quer, a todo custo, vender a Sabesp.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Com a palavra, o deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, retomando aqui os debates do dia de hoje, quero fazer coro com os deputados que me antecederam, tanto o Simão Pedro quanto o deputado Reis, que trataram sobre o caso da privatização da Sabesp.

Para a gente, nobre deputado Reis, quando o deputado Barros Munhoz fala do orgulho de, neste momento, fazer um debate sobre a desestatização da Sabesp, para a gente é justamente o contrário.

A gente se sente envergonhado, a gente se sente triste por este Parlamento estadual estar discutindo a entrega de uma empresa tão importante, como é a Sabesp no estado de São Paulo, para uma gestão privada.

Nós acompanhamos aqui outras privatizações, como foi o caso do Banespa, da Eletropaul, da Telesp. Em todas elas, o discurso era o mesmo: “é uma privatização para melhorar a gestão, para melhorar a qualidade do atendimento, para reduzir a taxa de juros, para melhorar o atendimento de telefonia, a abrangência”.

A gente percebe, nobre deputado Reis, V. Exa. que conhece também os cantos da nossa cidade... Semana passada eu estava lá na região de Vargem Grande, em Parelheiros, e até hoje a telefonia e a internet não chegam para os moradores de Vargem Grande, na região de Parelheiros. Como a gente também vê, quando anda no estado de São Paulo, que não chega o sinal de telefonia em boa parte do estado de São Paulo.

E a gente pergunta: por que, quando se discutiu a privatização das teles, diziam que ia chegar praticamente nos quatro cantos do estado, e ainda tem muita parte do estado São Paulo que até hoje ainda não tem sinal de telefonia?

É um apagão que nós temos hoje da tecnologia telefônica e de internet no estado de São Paulo, e, quando diziam que iam fazer a privatização, ia melhorar.

Hoje, quando nós vemos os empresários aqui no estado de São Paulo, os microempresários, os